



LIÇÃO 02

OS DECRETOS DE DEUS¹

O decreto de Deus é o Seu propósito ou a Sua determinação com respeito às coisas que irão acontecer. Usamos o singular, como o fazem as Escrituras (Rm 8.28; Ef 3.11), porque houve somente um ato da Sua mente infinita acerca das coisas futuras. Entretanto, falamos como se houvesse muitos porque nossas mentes só conseguem pensar em ciclos sucessivos, conforme surgem os pensamentos e as ocasiões, ou com referência a vários objetos do Seu decreto, os quais, sendo muitos, parecem-nos requerer um propósito diferente para cada um deles. Mas o conhecimento infinito de Deus não avança passo a passo, de etapa a etapa (At 15.17,18).

As Escrituras fazem menção dos decretos de Deus em muitas passagens, empregando vários termos: “decreto” (Sl 2.7); “eterno propósito” (Ef 3.11); “determinado desígnio e presciência de Deus” (At 2.23); “mistério da Sua vontade” (Ef 1.9). Em Rm 8.29 lemos que Ele “predestinou”; em Ef 1.9, sobre Seu “bom propósito”. Os decretos de Deus são denominados Seu “conselho” para significar que são consumadamente sábios, e de Sua “vontade” para mostrar que Ele não estava sob nenhuma coação, mas agiu de acordo com o Seu bom propósito (Ef 1.11).

Os decretos de Deus se relacionam com todas as coisas futuras, sem exceção: o que quer que aconteça no tempo foi preordenado antes de se iniciar o tempo. O propósito de Deus diz respeito a todas as coisas, grandes e pequenas, boas e más – mas com referência a essas últimas devemos ter o cuidado de afirmar que, embora Deus seja o Ordenador e Controlador do pecado, *não é o seu Autor* do mesmo modo como é o Autor do bem. O pecado não poderia proceder de um Deus Santo por criação direta e positiva dEle, mas somente por permissão decretatória e ação negativa.

Deus não decretou meramente criar o homem, coloca-lo na terra e depois deixa-lo entregue à sua própria direção descontrolada; antes, fixou todas as circunstâncias dos indivíduos, e todas as particularidades que a história da raça humana compreende, do início ao fim. Ele não decretou simplesmente o estabelecimento de leis gerais para o governo do mundo, mas dispôs a aplicação dessas leis a todos os casos particulares. Nossos dias estão contados, assim como os cabelos de nossas cabeças. Os cuidados de Deus alcançam as criaturas mais insignificantes e os eventos mais diminutos, como a morte de um pardal e a queda de um fio de cabelo. Negar isso, como muitos fazem, é negar o que dizem as Escrituras.

Consideremos agora algumas propriedades desses decretos. Primeiro, são *eternos*. Supor que qualquer um deles foi ditado dentro do tempo é supor que ocorreu algo imprevisto ou alguma combinação inesperada de circunstâncias que induziu o Altíssimo a idealizar uma nova resolução. Isso

implicaria que o conhecimento de Deus é limitado e que Ele vai ficando mais sábio com o passar do tempo – o que é uma terrível blasfêmia.

Segundo, são *sábios*. A sabedoria é evidenciada na seleção dos melhores fins possíveis e dos meios mais apropriados para cumprí-los (Sl 104.24). Devemos persuadir nossas mentes quanto às obras de Deus quando dúvidas nos invadem, e devemos repelir quaisquer objeções sugeridas por alguma coisa que não podemos conciliar com as *nossas* noções do que é bom e sábio. Nessas horas, exclamemos: “Ó profundidade da riqueza da sabedoria e do conhecimento de Deus!” (Rm 11.33).

Terceiro, são *livres*. Cf. Is 40.13,14. O Deus Triúno estava sozinho quando elaborou Seus decretos, e as Suas determinações não foram influenciadas por nenhuma causa externa. Ele tinha liberdade para decretar ou não, e para decretar uma coisa e não outra. Deus é supremo, independente e soberano em tudo o que faz.

Quarto, são *absolutos e incondicionais*. Sua execução não depende de qualquer condição que pode ou não ser cumprida. Em cada caso em que Deus decretou um fim, decretou também todos os meios para esse fim. Aquele que decretou a salvação dos Seus eleitos também decretou produzir fé neles (2 Ts 2.13). Cf. Is 46.10 e Ef 1.11.

A responsabilidade do homem. Lado a lado com a imutabilidade e invencibilidade dos decretos de Deus, as Escrituras ensinam claramente que o homem é uma criatura responsável, que responde por suas ações. Se as nossas ideias se formarem com base na Palavra de Deus, a defesa de um desses ensinamentos não levará à negação do outro.

Reconhecemos, claro, que há real dificuldade em definir onde um termina e o outro começa. Sempre acontece isso na conjunção dos elementos divino e humano: a verdadeira oração é ditada pelo Espírito e, inobstante, é também o clamor do coração humano; As Escrituras são a inspirada Palavra de Deus, mas foram escritas por homens que não eram meras máquinas nas mãos do Espírito; Cristo é Deus e homem, é Onisciente mas ia crescendo em sabedoria (Lc 2.52), é Todo-Poderoso mas foi crucificado em fraqueza (2 Co 13.4), é o Príncipe da vida e morreu. Esses são grandes mistérios, mas a fé os recebe sem objeções.

Negar os decretos divinos seria proclamar um mundo entregue ao acaso. Que paz, que segurança, que consolo haveria para nós? Para onde fugir na hora da necessidade e da provação? Como confiar nas promessas da Palavra de Deus se Ele não controla todas as coisas?

Quão gratos devemos ser por tudo estar determinado pela infinita sabedoria e bondade de Deus! Quanto louvor Lhe devemos por Seus decretos! É graças a eles que podemos afirmar que efetivamente *sabemos* que todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito (Rm 8.28). Podemos então exclamar: “porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém!” (Rm 11.36).

ⁱ Fonte: PINK, A. W. *Os Atributos de Deus* (Editora Pes).